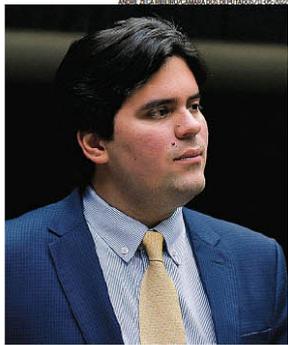


# PRESSÃO POR FATIA

## Turismo e Esporte miram verba de taxaço de apostas e abrem disputa dentro do governo



Esporte. Novo ministro, André Fufuca quer percentual maior



Turismo. Chefe de pasta, Sabino articula ganhar fatia do bolo



Embratur. Freixo engrossa o coro para beneficiar setor turístico

mas que queiram atuar como operadores de apostas esportivas, além da incidência de 30% de Imposto de Renda sobre prêmios superiores à atual faixa de isenção, de R\$ 2,1 mil.

**DEBATE SOBRE ESTIMATIVAS**  
Despachos da secretaria de Reformas Econômicas, vinculada ao Ministério da Fazenda, disponibilizados via Lei de Acesso à Informação, mostram que o governo Lula calculou que o mercado de apostas esportivas pode movimentar R\$ 10 bilhões por ano ainda na atual gestão. Especialistas calculam que, em apostas esportivas, cerca de 92% do total movimentado costuma retornar a apostadores em forma de prêmios. Com isso, a receita efetiva das casas de apostas foi calculada pela Fazenda em R\$ 800 milhões em 2024, de acordo com a documentação que serviu de base para a elaboração da MP.

Segundo a estimativa, no fim de junho, o governo federal pretende arrecadar R\$ 1,7 bilhão no próximo ano com apostas. Deste valor, R\$ 144 milhões corresponderiam à tributação sobre a receita das casas, considerando o ajuste de 1% para 3% da fatia que caberia ao Esporte, decidido pelo governo após a realização deste estudo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a afirmar que a previsão de cerca de R\$ 2 bilhões de arrecadação anual é conservadora, e que o governo prevê potencial de R\$ 6 bilhões a R\$ 12 bilhões em um mercado totalmente regulado.

A maior parte da arrecadação esperada pelo governo em 2024, de R\$ 900 milhões, corresponde à outorga paga pelas empresas, com uma meta de que 30 operadores queiram atuar no país. Esse montante não passa pelo rateio dos ministérios.

—Com essa tributação, entendendo que poucas empresas vão aplicar por licença. Na aposta esportiva, o payout (valor pago em prêmios) tem que ser alto, no mundo inteiro é assim, caso contrário o cara para de jogar — afirmou Magno José Sousa, presidente do Instituto Jogo Legal.

**BERNARDO MELLO EVICTORIA ABEIL**  
POLÍTICA  
NOTÍCIAS

**A** regulamentação de apostas esportivas abriu uma queda de braço envolvendo parlamentares e integrantes do governo Lula (PT), que espera arrecadar R\$ 1,7 bilhão com a atividade. Relator do projeto de lei que vai incorporar pontos de uma medida provisória (MP) do Planalto, o deputado federal Adolfo Viana (PSDB-BA), passou tarde de ontem em reuniões com técnicos e lideranças em busca de um acordo para incluir a pasta do Turismo na divisão dos recursos. O Ministério do Esporte, que passará a ser comandado pelo deputado André Fufuca (PP-MA), também mira maior participação no rateio.

Por tramitar em regime de urgência, o projeto passou a trancar a pauta da Câmara ontem. A expectativa é que uma prévia do relatório de Viana seja lido hoje a líderes partidários e ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP). O GLOBO apurou que a Embratur (Agência Brasileira de Promoção de Internacional do Turismo), dirigida por Marcelo Freixo (PT), deve figurar entre os órgãos contemplados dentro de uma alíquota, hoje posta em 18%, que incidirá sobre a receita das casas de apostas.

Reservadamente, parlamentares apontam que o Ministério do Turismo tam-

bém pode ser contemplado, junto com a Embratur, numa fatia de até 3% da receita das casas. Freixo e o ministro do Turismo, Celso Sabino (União), vêm articulando junto a Viana a inclusão do setor, deixado de fora da MP. A ideia é que o percentual do turismo chegue ao patamar hoje previsto para o Ministério do Esporte.

A possibilidade de gerir as novas receitas provenientes de apostas esportivas, setor ainda não regulamentado no país, foi um chamariz para Fufuca aceitar assumir a pasta do Esporte. Inicialmente, documentos da área técnica da Fazenda previam que o Esporte ficasse com 1% da receita de apostas. Na publicação da MP, no fim de julho, o percentual subiu para 3%, já em meio a especulações de que o Centrão assumiria a pasta; à época, o mais cotado era Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), que acabou indicado ao Ministério de Portos e Aeroportos.

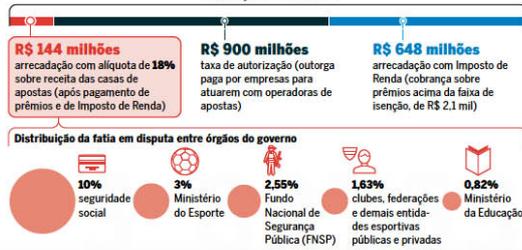
Ao GLOBO, Fufuca disse ontem que "ainda não há definição do número em relação ao Esporte".

—O texto poderá ter mudanças — afirmou.

O texto da MP prevê que outras áreas, como segurança pública, educação e seguridade social, recebam fatias da alíquota de 18% sobre a receita das casas de apostas. Com a entrada do Turismo e um eventual reajuste

### O RATEIO DAS BETS

Previsão de arrecadação total (2024)  
**R\$ 1,69 bilhão**



<p><b>André Fufuca (PP)</b></p> <p>Novo ministro do Esporte deseja rever percentual reservado ao Esporte, que já foi ampliado na edição da Medida Provisória; as estimativas originais da Fazenda previam destinar à pasta 1% da receita de casas de aposta, e não os 3% atuais</p>	<p><b>Celso Sabino (União) e Marcelo Freixo (PT)</b></p> <p>Ministro do Turismo e presidente da Embratur, agência vinculada à pasta, desejam entrar no rateio da alíquota sobre receitas de casas de apostas. Relator já sinalizou positivamente, mas ainda não há acordo sobre modelo</p>	<p><b>Adolfo Viana (PSDB-BA)</b></p> <p>Relator do projeto de lei que regulará os temas que foram alvos da Medida Provisória, chegou a defender uma redução para 12% da alíquota sobre a receita de casas de apostas, mas deve manter percentual próximo a 18% no texto</p>
---	--	---

Levantamento do GLOBO com base na Medida Provisória 1.182/2023 e em projeções da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda

EDITORA DE ARTE

da parte que cabe ao Esporte, não está descartada uma alteração da própria alíquota. O relator do projeto na Câmara, Adolfo Viana, desejara uma redução do percentual, para perto de 12%, mas admite que a inclusão de novos órgãos no rateio dificulta a tarefa.

—Propus 12%, mas já estou

mais perto dos 18%. Estou trabalhando para tentar incluir o turismo — disse Viana.

Empresas de apostas, as chamadas bets, chegaram a pedir uma alíquota mais baixa, e a Fazenda havia topado negociar, entre um mínimo de 10% e um máximo abaixo de 18%. As bets argumentam que a carga tri-

butária prevista pelo projeto é elevada, já que inclui outras taxaço além do percentual sobre a receita das casas — que é calculada após o pagamento de prêmios a apostadores.

O texto apresentado pelo governo também prevê o pagamento de outorga de R\$ 30 milhões por empre-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4